

Desemprego que não cai, informalidade e desânimo: recessão dos pobres é mais longa que a dos ricos

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Trabalhadores procuram emprego em mutirão no centro de São Paulo: 26% dos desempregados procuram vaga há mais de dois anos (Foto: Sindicato dos Comerciantes de SP via BBC). Parada em frente à porta de um sindicato depois de passar dois dias enfrentando filas, calor e questionamentos sobre o seu currículo, a ex-operadora de caixa Leonor Maximiano, 59 anos, faz uma promessa a si mesma. "Eu nunca mais vou participar de um mutirão de emprego, nem em feirão de emprego. É perder tempo, é besteira", afirma, convicta de que nenhuma empresa vai entrar em contato com ela, como prometem os recrutadores ao fim das entrevistas. Já faz um ano que ela roda a cidade de loja em loja, desde que foi demitida do supermercado em que tinha a carteira assinada. As oportunidades para as quais ela se inscreveu naquele dia, em um mutirão do Sindicato dos Comerciantes que prometia 4 mil vagas, lhe deram uma sensação de déjà vu. Saiba mais Ministro da Economia estuda desvincular abono, BPC e seguro desemprego do salário mínimo Bolsa Família vira novo seguro-desemprego e cresce mais em cidades ricas afetadas pela crise Você Viu, heim? Está sobrando emprego no Canadá Quer produzir sua energia elétrica? Veja por que este é um ótimo momento "As empresas que oferecem vagas aqui são as mesmas para as quais eu já levei currículo. Estou me recandidatando para empresas em que eu já fui à loja me candidatar", reclama, desanimada. Morando sozinha na zona leste de São Paulo, ela se preocupa por estar pagando as contas há meses com as poucas economias que herdou do pai, pedreiro aposentado, e que pretendia usar para garantir dias mais tranquilos na velhice. Sua poupança diminuiu cerca de R\$ 1 mil por mês para pagar água, luz, comida, dentista e outras despesas. "Eu pensava em deixar esse dinheiro para a aposentadoria, mas acho que aposentadoria eu nem vou ter nessa vida. Com essas mudanças, só na outra encarnação". A perspectiva, lamenta, é a de que ela vá alcançar menos conquistas com uma vida de trabalho do que os pais dela conseguiram. "Meu pai, trabalhando como pedreiro, conseguiu juntar um dinheirinho, e me deixar uma casa, para que eu não precise pagar aluguel. Eu não tenho filhos para deixar, mas hoje é mais difícil conseguir o mesmo". Entre 2014 e 2017, o Brasil ganhou um contingente de 6,27 milhões de "novos pobres", pessoas que perderam o emprego e passaram a viver em situação de pobreza, com renda do trabalho de menos de R\$ 233 por mês. Como os salários são a principal fonte de renda das famílias pobres e vulneráveis, a pobreza no Brasil no período mais agudo da recessão aumentou 33%, e o total de pobres no país cresceu para 23,3 milhões, segundo dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas. "Você tem 6 milhões de pessoas que passaram a viver em famílias onde ninguém ganha nada. E é mais ou menos o mesmo número de pessoas que entraram na pobreza, o que significa que não foram criadas novas redes de proteção social", afirma o pesquisador Marcelo Neri, diretor da FGV Social e autor do estudo A Escalada da Desigualdade. Durante a crise, metade mais pobre dos trabalhadores "afundou" na informalidade, com menos direitos e benefícios, indica estudo (Foto: Sindicato dos Comerciantes de São Paulo) Outros indicadores mostram que o desemprego, que ainda atinge 12,6 milhões de pessoas, começou a diminuir em 2019 para os trabalhadores mais qualificados, mas não caiu para os de baixa escolaridade, mais vulneráveis. "Os trabalhadores com ensino médio incompleto formam o grupo que não apenas possui mais dificuldade de obter uma nova colocação, como também o que mais chance tem de ser dispensado", afirma análise da Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada na semana passada. Os dados apontam que, no segundo trimestre, a taxa de desemprego caiu para todos os grupos, menos para os que estudaram só até o ensino fundamental. Sandra Regina da Silva, 53 anos, estudou até o ensino fundamental e procura emprego como faxineira há oito meses, mas diz que já se

cançou de esperar o telefone tocar. "Você chega, entrega currículo e eles falavam obrigado, vamos te chamar. Mas não chamam", lamenta Sandra, que, sem renda alguma, está morando desde o ano passado de favor na casa da irmã na Freguesia do Ó, com o cunhado e sobrinha. Pegou dinheiro emprestado até para procurar emprego naquele dia: um vizinho a ajudou com os R\$ 8,60 do ônibus até o centro. "Outro dia uma empresa só não me chamou porque eu tenho 53 anos, disseram que só aceitavam até 45. Falaram isso na minha cara", conta Sandra. Recuperação para mais ricos, renda em queda para mais pobres "O Brasil vive uma estagnação da economia desigual e instável. A pouca recuperação que ocorre beneficia mais os mais ricos. Quanto mais rico, mais rápida a recuperação", afirma o pesquisador Marcelo Medeiros, professor visitante na Universidade de Princeton, e que desde 2001 se dedica a pesquisar como o comportamento do 1% mais rico influencia a desigualdade de renda no país. Embora a economia tenha começado a crescer timidamente (0,4%) no segundo trimestre de 2019, o clima ainda é de recessão profunda no indicador que faz mais diferença para a vida dos trabalhadores - o bolso. Dados da Fundação Getúlio Vargas apontam que, entre o final de 2014 e o segundo trimestre de 2019, a renda do trabalho dos 50% mais pobres da população despencou 17,1%. Nesse grupo, estão 105 milhões de pessoas que ganham até R\$ 425 cada uma, por meio do trabalho - sem considerar benefícios assistenciais. No mesmo período, a renda do 1% mais rico, a fatia que engloba 21 milhões de pessoas que ganham entre R\$ 5.911 e R\$ 11.781 no mercado de trabalho, já cresceu a dois dígitos: 10,11%. A renda dos 10% mais ricos subiu 3% no mesmo período. O levantamento se baseia nos microdados ajustados da Pnad Contínua trimestral, do IBGE, e considera o rendimento habitual, medida que considera o ganho mensal mais frequente recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, sem considerar rendas extraordinárias, como bônus, 13º ou horas extras. O dado também não considera outras rendas, como benefícios assistenciais e são considerados mais estáveis por Neri. "Os dados da Pnad trimestral, restritos à renda do trabalho, formal e informal, permitem detalhar algumas das causas próximas da dinâmica do bem-estar social", diz o estudo. A outra opção para medir a renda do trabalho seria o conceito de renda efetiva, que capta todos os pagamentos, mas cujos dados só são divulgados na versão anual da Pnad, que ainda não foi divulgada pelo IBGE. Uma peculiaridade da recessão é que, junto com a pobreza e a retração da economia, cresceu também a desigualdade entre ricos e pobres, levando a uma piora do bem-estar social. O levantamento da FGV aponta que, enquanto a economia encolhia durante a crise, a renda do país ia ficando cada vez mais concentrada nas mãos dos mais ricos por 17 trimestres seguidos, um período recorde de aumento da desigualdade. "Nem no auge da inflação, que foi em 1989, a desigualdade subiu por um período tão longo", diz Neri, que destaca que o Brasil já tem uma rede assistencial formada, especialmente em torno do Bolsa Família, que poderia ter sido utilizada para evitar que o bem-estar social piorasse em níveis tão alarmantes. "Só olhar para o PIB é insuficiente para entender o efeito da crise sobre a renda da população. Não se trata apenas de uma brutal recessão, mas você vinha de um período de expansão forte da economia, em que a renda crescia, a desigualdade caía. E a renda passou a cair e a desigualdade a aumentar", diz Marcelo Neri. "Em termos de bem-estar, esta é uma década perdida. E se a recuperação da economia é lenta, a recuperação de bem-estar é ausente, não aconteceu até agora", diz Neri. Para Marcelo Neri, diretor do FGV Social, rede de proteção social poderia ter evitado crescimento da pobreza: "Na crise atual, desaprendemos lições básicas" (Foto: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/FGV SOCIAL via BBC) Cálculos realizados pelo sociólogo e pesquisador Rogério Jerônimo Barbosa, como parte de sua pesquisa de pós-doutorado no departamento de Ciência Política e no Centro de Estudos da Metrópole, apontam que a pouca recuperação observada até agora no mercado de trabalho ainda não beneficiou os trabalhadores mais pobres. "A recessão ainda não terminou para os trabalhadores mais pobres; sua renda ainda está em queda, mesmo quando descontamos os efeitos do desemprego", afirma o pesquisador no relatório Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019), que será divulgado no Boletim de Mercado de Trabalho número 67 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Barbosa destaca que, embora o desemprego e o desalento tenham se estabilizado desde 2017, a pouca recuperação do trabalho até agora ocorreu em vagas mais formalizadas e de escolaridade mais alta. Por outro lado, os trabalhadores mais pobres tornaram-se ainda mais afundados na informalidade, o que torna a desigualdade entre tais trabalhadores ainda maior. "A pouca recuperação que ocorre beneficia os trabalhadores melhor posicionados, formalizados e empregados em determinados setores, como educação, saúde, administração pública e serviços financeiros. Os três primeiros setores são justamente áreas de maior investimento estatal e gastos públicos. Uma evidência indireta de que as forças tipicamente de mercado não foram capazes de

promover a dinâmica necessária", diz o relatório. Como as vagas continuaram-se mais escassas, benefícios como 13º salário tornaram-se realidade quase impossível para os mais pobres. "O aumento da desigualdade entre trabalhadores guarda relação com o fato de que benefícios e direitos típicos (e sazonais) do setor formal se tornaram mais escassos e concentrados, em função da grande dissolução de postos de trabalho protegidos". Os dados da pesquisa de Barbosa analisam o que ocorreu com a renda dos mais ricos e pobres até 2018, considerando as rendas mensais e esporádicas obtidas no mercado de trabalho. Embora tenha metodologia diferente da FGV, também mostram que a participação dos mais pobres na renda do mercado de trabalho encolheu consideravelmente. Em meados de 2014, os 50% mais pobres se apropriavam de cerca de 5,7% de toda renda do trabalho; no primeiro trimestre de 2019, tal fração cai para 3,5%. Enquanto isso, o grupo dos 10% mais ricos da população recebia cerca de 49% do total da renda do trabalho em meados de 2014 - e vinha apresentando redução nessa parcela, ao longo dos anos anteriores. No início de 2019, sua fração apropriada cresce para 52%. "Isso significa que o topo da distribuição chega ao pós-crise não apenas recuperando suas perdas, mas obtendo ganhos", afirma o pesquisador. Longa espera, sem dinheiro para procurar emprego

Casos como o de Sandra e Leonor, em que a busca diária por um emprego parece nunca chegar ao fim, estão se tornando cada vez mais frequentes. Dados divulgados na semana passada pelo Ipea revelam que, no trimestre terminado em julho deste ano, 26% dos trabalhadores desempregados já estavam nesta situação há pelo menos dois anos, aumento de 1,8 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2018. Marcelo Neri, da FGV Social, explica que, além do desemprego, há outros efeitos da crise sobre o trabalho que achatam ainda mais a renda dos mais pobres, mais dependentes do salário. Com a economia mais parada, mesmo quem consegue emprego acaba trabalhando menos horas, em jornadas menores. Com mais gente procurando emprego as vagas oferecem salários mais baixos mesmo para quem estudou mais. Os únicos aspectos que evitaram uma queda ainda maior da renda foram, segundo o economista, o fato de que a educação do trabalhador continuou a aumentar durante o período mais agudo da crise, o que pode ser uma boa notícia no longo prazo. "O único efeito positivo sobre a renda é que, durante a crise, a educação do trabalhador continuou a aumentar e subiu 8,6%, o que deixa marcas para o futuro", diz. O paulistano Paulo Antonio da Silva, 35 anos, é um dos milhões de trabalhadores que, de uma hora para outra, passou a viver em uma casa onde todos são desempregados. Ele mora na Zona Sul de São Paulo com a ex-mulher e dois filhos: um menino de oito meses e uma menina de um ano e sete meses. Desde que perdeu o emprego de porteiro, há três meses, ele diz que sai para procurar trabalho de segunda a sexta, dependendo da boa vontade dos motoristas de ônibus. "Eu peço carona no ônibus. Tem motorista que é gente boa. Se o primeiro motorista não dá, o segundo dá. Eu não desisto, eu tenho fé em Deus de que vou conseguir um emprego" afirmou, ao sair da triagem na sede do sindicato na semana passada. Na demissão, recebeu R\$ 2 mil pela rescisão do contrato e do FGTS, mas o dinheiro acabou rápido com as despesas do aluguel de R\$ 400, e de alimentação geral e a compra de leite para seus filhos. Gastou também dinheiro para tirar fotos 3x4 e refazer documentos que tinha perdido para poder participar das seleções. "Quando o dinheiro acabou, vou ser sincero: eu fui no trem pedir", diz Silva, que levou a ex-mulher e os filhos para pedir dinheiro com ele no trem de Santo Amaro até Franco da Rocha. Considerou a experiência humilhante, mas diz que valeu a pena para pagar pelo menos casa e comida. "Pensei nos meus filhos. Por eles, eu faço qualquer coisa". Ganhou notas de R\$ 20, R\$ 50, e uma cesta básica de um passageiro que acompanhou Silva com a família até o mercado. "Meu aluguel de outubro vence dia 9; e se não tiver emprego no mês que vem eu vou fazer a mesma coisa". Paulo, 35 anos, perdeu emprego de porteiro e, sem dinheiro para a comida, levou a família para pedir dinheiro no trem: "Faço qualquer coisa pelos meus filhos" (Foto: BBC News Brasil)

Para evitar que famílias como a de Silva ficassem sem alternativas diante da pobreza, o Banco Mundial havia alertado em 2017 que o governo brasileiro deveria aumentar o orçamento do programa Bolsa Família para incluir os "novos pobres" que surgiriam na recessão. A recomendação do banco era de que o orçamento do programa subisse de R\$ 26,4 bilhões em 2015 para R\$ 30,41 bilhões em 2017. Em 2015, quando o desemprego e a inflação já cresciam a dois dígitos, não teve reajustes. A partir de 2016, o programa passou por uma série de "pentes-finos", para identificar supostas irregularidades. "Em termos nominais, o número de beneficiários do Bolsa Família ficou meio igual durante a crise, enquanto houve seis milhões de novos pobres. Eu acho até que fazer o pente fino foi uma boa ação, mas eu acho que tem que estender a rede de assistência social durante a crise, uma coisa não deveria atrapalhar a outra", defende Marcelo Neri. Em termos reais, a renda do Bolsa Família acumulou queda de 4,2%. "O Brasil tem uma rede de proteção social pronta, era só aumentar. Isso não só atrapalhou a pobreza mas atrasou a recuperação da

economia, que ainda está lenta". Neri afirma ainda que, para a economia, o efeito multiplicador do Bolsa Família é três vezes maior que o de gastos com a Previdência, e cinco vezes maior que o de medidas como liberar saques do FGTS, já realizadas nos governos dos presidentes Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Silva, que procura emprego de porteiro, diz que aceitaria um emprego de limpeza durante o dia para concluir os estudos, que fez só até o ensino fundamental. Outro sonho dele é conseguir uma casa própria, ainda que de um cômodo só, para que não precisasse pagar aluguel e dar mais segurança aos filhos. Dívidas, pessimismo e década perdida Pesquisa realizada em setembro pelo Instituto Locomotiva, do pesquisador Renato Meirelles, aponta que as pessoas das classes D e E estão mais pessimistas e mais endividadas que as das camadas mais altas. Enquanto 42% dos brasileiros das classes D e E se dizem pessimistas com a própria renda, tal percentual é de 20% na classe C e de 11% nas classes A e B. Questionados sobre inadimplência, 39% das pessoas das classes D e E dizem ter dívidas em atraso atualmente, proporção que cai para 29% entre a classe C e para 17% entre as classes A e B. Nas classes D e E, além disso, 85% dos entrevistados dizem não ter nenhum dinheiro guardado, ante 7% na classe C e 45% nas classes A e B. Dados da Confederação Nacional do Comércio também indicam que as famílias de baixa renda são as mais endividadas e inadimplentes. Na faixa de menor renda, o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso aumentou para 27,4% em agosto de 2019; já no grupo com renda superior a dez salários mínimos, o percentual de inadimplentes alcançou 10,9%. Um dos poucos atenuantes é a inflação, que "comeu" um espaço importante da renda do trabalhador durante 2016, mas passou a ser um ponto favorável a partir de 2017, quando ficou mais branda. A inflação para os mais pobres medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1) acumula alta de 4,11% em 12 meses terminados em agosto, quase igual ao IPC-BR, que mede a inflação geral. Neri defende ações de curto e longo prazo voltadas aos mais pobres, como uma política mais proativa do Bolsa Família e ações de educação para o trabalhador. "Precisamos pensar muito em igualdade de oportunidades, que é uma visão de longo prazo, mas perceber que crises são destruidoras de oportunidades. Então é importante pensar em políticas compensatórias", diz o economista, acrescentando que, diante de crises fiscais como é atual, é preciso priorizar o gasto social e cortar outras despesas. "Agora estamos realmente com o cobertor curto. Achar que a economia vai recuperar com o FGTS, que tem várias virtudes, é um dinheiro do trabalhador, não é dinheiro fiscal, tem várias vantagens. Mas achar que vai recuperar a economia com ele, ele não vai. Em termos de atividade, cuidar do pobre é cuidar do todo e ter uma economia mais saudável também". Marcelo Medeiros, de Princeton, afirma que a proteção aos mais pobres precisa estar no foco das políticas econômicas. "Não existe política macroeconômica neutra. Ações para recuperar uma economia podem favorecer os mais ricos ou os mais pobres, a depender de como são desenhadas. As medidas de recuperação até agora não se preocuparam muito com isso, de certa maneira lidam com o problema da desigualdade como um problema que não importa, ou que vai se resolver sozinho", diz Medeiros, coautor de um estudo lançado pelo Ipea em 2014 que apontava que a desigualdade não caiu no Brasil na última década, como se pensava. "Em termos imediatos, é hora de aumentar a cobertura e os valores da assistência social, como o Bolsa Família. Nos momentos de crise é preciso expandir a assistência, é para isso que ela serve". Para ele, o caminho para financiar tais políticas é discutir uma reforma tributária que proteja os mais pobres, além de priorizar gastos sociais. "Já há consenso de que o teto de gastos foi mal desenhado. Nos novos desenhos de medidas de responsabilidade fiscal, a rede de proteção social tem que ficar fora do teto. Para ser justo, um ajuste não pode ser pesado nos pobres." O cenário da FGV Social para os mais pobres é pouco promissor: se a economia crescer a um ritmo de 2,5% daqui pra frente, o que não está ocorrendo, o país só voltará aos níveis de pobreza de 2014 a partir de 2030. "Estamos falando de uma década e meia perdida no combate à pobreza", diz Neri. "Uma lição da crise atual é olharmos primeiro para os mais pobres, para protegê-los e preservar o movimento da economia como um todo. No bojo da crise de 1999, gestamos e parimos o Bolsa Escola federal; em meio a agruras da crise de 2003, nasceu o Bolsa Família. Na crise atual, desaprendemos lições básicas".

